



SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA  
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

PROCURADORIA REGIONAL

OFÍCIO Nº 362/2021/AVTS

PROTOCOLOS: 21/445021-0, 21/44039-2, 21/445038-4, 21/445040-6

AUTOS: 0027461-59.2019.8.16.0001

EMPRESAS: SAP SERV APOIO PLANEJAMENTO GESTÃO SAÚDE LTDA.;

DELTAMED SERV APOIO SAÚDE LTDA.: VITARE CLÍNICA SAÚDE LTDA.:

SUPRAMED SERV APOIO SAÚDE LTDA

*1- R.h.  
2- Junkes  
aos autos respectivos  
Em 10/12/21*  
**Tathiana Yumi Arai Junkes**  
Juíza de Direito

Curitiba, 23 de novembro de 2021.

Exma. Sra. Juíza,

Em resposta aos autos supracitados em que Vossa Excelência determina o desarquivamento dos atos societários que excluíram os autores Gt Participações LTDA (23033480000192) e Gustavo Volpato Melo (CPF 06370695955) das sociedades: Atena Serviços Médicos LTDA (17618613000190), Deltamed Serviços de Apoio à Saúde LTDA (31822743000170), Sags Serviços de Apoio à Saúde LTDA (30468046000109), Sap - Serviços de Apoio e Planejamento à Gestão e Saúde LTDA (14201918000103), Supramed Serviços de Apoio à Saúde LTDA (31131837000101) e Vitare Representações Comerciais LTDA (17695251000130), seguem Despacho 382/2021 e certidão simplificada das empresas.

Atenciosamente,

**Marcus Vinicius Tadeu Pereira**

Procurador Regional

**EXMA. SRA. TATHIANA YUMI ARAI JUNKES**

16ª VARA CÍVEL DE CURITIBA

RUA MATEUS LEME, 1142

CURITIBA-PR

BAIRRO: CENTRO CÍVICO

CEP: 80530-010



**PROCURADORIA REGIONAL**

**Despacho 382/2021**

**Protocolos n.:** 21/445040-6; 21/445038-4; 21/445039-2; 21/445021-0

**Empresas:** SAP Serv Apoio Planejamento gestão Saúde Ltda.; Deltamed serv Apoio Saúde Ltda.; Vitare Clínica Saúde Ltda.; Supramed Serv Apio Saúde Ltda.

1 – Trata-se de requerimentos similares das empresas, para desarquivar atos registro em que houve mudanças no QSA. Decorre de ordem judicial que entende nulas aquelas alterações.

2 – O arquivamento presume estabilidade (art. 1º, lei 8934/94). Em juízo, cognição sumária, se questionou a legalidade do ato, ainda *sub judice*. A própria ordem que agora gera os ofícios é provisória, em sede de agravo, ao que seguirão provavelmente RESP. *Agint.*, mérito do agravo, saneador, sentença e recursos. Se cada fase judicial implicar em mudança de entendimento, com sucessivas e opostas ordens de validade ou não do registro é cediço afirmar que não haverá estabilidade no registro – com reflexos inclusive na estabilidade da empresa, para si e perante terceiros.

3 – Deste modo é que cancelamento de atos é medida extrema, que sempre depende de decisão transitada em julgado ou estabilizada (art 47 dec. 1800/96). Ademais, se um ato é cancelado, voltaria o cadastro da empresa a mostrar a qualquer um que peça certidão, um QSA com sócios já retirantes, e ingressantes que não mais constariam no ato.

4 – A incerteza se seria mesmo esse o escopo da decisão judicial ou o que se pretende na ação judicial, implica em cautela para rearranjar o cadastro da PJ (art. 1153 CCB). Daí porque o mais acertado é, por ora, averbar **bloqueio judicial** com o contido no ofício recebido, até ulterior decisão que precise o futuro do cadastro, Isto para as quatro empresas.

5 – Após bloqueio, responder às partes e ao juízo, por ofício, com cópia de certidão, do bloqueio (SAE) e deste despacho, no aguardo de informações precisas e continuidade dos trâmites.

Em 17/11/2021.

Marcus Vinicius Tadeu Pereira  
Procurador Regional.

**CÓPIA**